

As mudanças em estudo

As principais medidas em estudo são as seguintes:

1) Suspensão parcial e temporária dos pagamentos ao exterior e centralização cambial.

Com esta decisão, baseada na resolução 851, do Banco Central, de 29 de julho de 1983 — quando a centralização foi adotada pela primeira vez —, todas as operações de câmbio ficam restritas ao BC. Atualmente, os bancos credenciados podem trocar moeda estrangeira, e, com a centralização, cada troca obedecerá a critérios específicos do BC. Além disso, as transferências de dólares ou qualquer moeda estrangeira para o exterior só poderão ser feitas após prévia análise do Banco Central, que condicionará a remessa ao nível das reservas.

A medida torna-se necessária pela queda nas reservas cambiais, que eram de 7 bilhões 279 milhões de dólares em janeiro de 86 e estão abaixo dos 2 bilhões de dólares, atualmente. Só em janeiro a perda de reservas atingiu 710 milhões de dólares. O limite técnico de segurança para as reservas é de 4 bilhões de dólares, correspondentes a três meses de importação.

A redução nas exportações, o aumento das importações de alimentos e bens de capital para sustentar o crescimento interno, a repartição de capital estrangeiro para seus países de origem, a redução de remessa de recursos de agências internacionais oficiais de crédito, e a amortização da dívida externa foram as principais causas da crise das reservas.

O saldo da balança comercial caiu vertiginosamente em outubro, passando de 1 bilhão de dólares mensais para 270 milhões de dólares. Em janeiro, o saldo previsto é de 80 a 100 milhões de dólares e uma das suas causas principais, na opinião dos economistas, é a própria expectativa da crise cambial, que provocaria uma maxidesvalorização do dólar, levando os exportadores a segurarem suas vendas.

— A suspensão temporária do pagamento dos juros e centralização cambial deixaram de ser uma decisão política, tornando-se inevitável, pela absoluta falta de reservas — observa um economista do governo.

2) Reajuste dos alugueis.

O Cruzado congelou o preço dos alugueis até o próximo dia 28 e, desde o início de janeiro, a área econômica, junto com a Consultoria Geral da República, estuda a forma de reajuste. Ontem, o presidente Sarney anunciou aos senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB) e Carlos Chiaelli (PFL) que o governo vai corrigir os alugueis pela inflação acumulada nos últimos 12 meses e congelá-los por prazo ainda não definido.

A inflação acumulada de março a janeiro ficou em 42,7% e a previsão é de que o índice de fevereiro atinja pelo menos 20%, de acordo com assessores do Ministério da Fazenda. Se este valor for confirmado, o acumulado no ano chegará a 71,2%, o que significa que um aluguel de Cz\$ 5 mil, por exemplo, passará a Cz\$ 8.560.

Sarney não adiantou aos dois senadores se o congelamento será por mais um ano e se permanecerá a proibição de execução das ações de

despejo, em vigor desde outubro do ano passado, cujo prazo acaba também no dia 28 próximo.

3) Redução de juros.

Num jantar, quinta-feira, à noite, na casa do deputado Ailton Sandoval, em Brasília, Funaro anunciou o tabelamento das taxas de intermediação (spread, ou diferença entre a taxa de captação de recursos pelos bancos e os juros cobrados nos empréstimos) fixada pelos bancos. Atualmente, livres, estes índices chegam a 30%, de acordo com o ministro. Prometeu à bancada paulista do PMDB que o Banco Central baixará resolução limitando a intermediação a uma média de 8%, variando de acordo com tipo de operação. Os juros serão pós-fixados, usando as letras do Banco Central (LBC) — que refletem uma expectativa de inflação — como indexador. Desta forma, a área econômica confia na queda das taxas, embora os técnicos atribuam esta redução mais ao fato político e psicológico do tabelamento.

Funaro, que estava acompanhado no jantar do presidente do Banco Central, Francisco Gros — que limitou-se a ouvir a exposição do ministro aos 14 deputados presentes —, anunciou também o fortalecimento do Banco do Brasil na área de crédito rural. Segundo ele, o governo Sarney vai adotar o caminho inverso ao da política econômica do ministro Delfim Neto, que esvaziou o BB. O banco vai reativar as operações de AGF e EGF (aquisição e empréstimo do governo federal), liberando recursos suficientes para a comercialização da safra agrícola, que começa a ser colhida.

Em sua exposição, o ministro da Fazenda denunciou que a maior parte dos recursos destinados à área rural é desviada pelos bancos privados para o mercado de capitais, que rende taxas mais altas — as do crédito agrícola são limitadas em até 10 pontos percentuais abaixo da média da taxa de captação do overnight. Funaro contou que, embora um banqueiro não possa tomar dinheiro em seu próprio banco para aplicar na atividade rural, a prática da “troca de chumbo” é bastante comum nesta área. Ou seja, o banqueiro empresta dinheiro para a fazenda do banqueiro B, que troca o favor. Os dois empréstimos, no entanto, não vão para a área rural, mas para o mercado de capitais, aquecendo ainda mais a ciranda financeira.

— Com o fortalecimento do Banco do Brasil, a rede de bancos privados será obrigada a desativar suas carteiras de crédito agrícola — profetizou Funaro aos deputados.

4) Recongelamento por 120 dias

A partir do apoio popular que o governo espera receber com a suspensão de pagamentos ao exterior, a equipe econômica aposta em ter também a aprovação da sociedade para um recongelamento de preços e salários por 120 dias. A medida viria após uma compensação salarial — que pode ser um abono ou o disparo de mais um galtilho (reajuste automático quando a inflação atinge 20%) para todas as categorias profissionais.